

Tipologia sócio-espacial de Porto Alegre — 1980-91: diferenciações sócio- -ocupacionais e desigualdades sociais entre os espaços da cidade*

*Tanya M. de Barcellos**
Rosetta Mammarella***
Mirian Regina Koch*****

Este texto tem por finalidade expor alguns resultados da pesquisa **Desigualdades Sócio-Espaciais na Região Metropolitana de Porto Alegre: 1980-1991**,¹ centrando-se nas transformações na organização social e espacial verificadas durante esse período em Porto Alegre e contemplando os principais aspectos referentes às condições de acesso da população a bens sociais.

A pesquisa tem como objetivo produzir uma análise do conjunto metropolitano no que diz respeito às mudanças sócio-espaciais ocorridas como efeito das transformações econômicas do período recente. Visa, também, traçar um

* Uma versão preliminar deste texto foi apresentada no VI Seminário Internacional de la Red Iberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Territorio — RII, que se realizou em Rosário, na Argentina, nos dias 2, 3 e 4 de maio de 2001, tendo sido publicada nos anais desse encontro (Koch, Mammarella, Barcellos, 2001).

** Socióloga, Técnica da FEE.

*** Filósofa, Técnica da FEE.

**** Arquiteta, Técnica da FEE.

As autoras agradecem ao colega Guilherme Xavier Sobrinho por sua atenta leitura e valiosas sugestões e aos estagiários Heitor Serpa, Patrícia Moreira Cardoso, Guilherme S. da Silva Mello e Tomás Reich da Silva pelo apoio prestado nesta etapa da pesquisa.

¹ Esta pesquisa se realiza com base no convênio firmado entre a Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) e o Programa para o Desenvolvimento Racional, Recuperação e Gerenciamento Ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba (Pró-Guaíba) e conta, ainda, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS). Ela se insere num quadro de estudos sobre as mudanças em curso nas grandes cidades brasileiras e tem como referência um conjunto de análises comparativas sobre as metrópoles, que vêm sendo desenvolvidas sob a coordenação do Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, vinculado ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ). Na FEE, a pesquisa desenvolve-se no Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos (NERU).

quadro das desigualdades sócio-espaciais que sirva de referência tanto para a formulação de políticas públicas quanto para a avaliação do desempenho político-institucional dos Governos Estadual e municipais.

Esses mesmos propósitos acompanham a análise deste artigo, que se detém sobre a estrutura e sobre as mudanças sócio-espaciais na capital gaúcha. No que concerne ao conjunto da pesquisa, consideramos relevante particularizar os resultados já obtidos sobre a cidade de Porto Alegre, tendo em vista a conjugação de diversos fatores. Em primeiro lugar, não podemos desconsiderar a situação privilegiada de Porto Alegre no contexto metropolitano, já que, embora perdendo participação desde 1980, concentrava, em 2000, 37,20% da população da região e abrigava 13,36% do total da população do Estado. É ainda na capital do Estado que se localizam as principais atividades do Terciário moderno, seja no comércio, seja na área de serviços. Mesmo levando em consideração o progressivo processo de desindustrialização relativa que a Capital vem enfrentando desde os anos 70 (Alonso, Bandeira, 1988), é significativo o fato de que, no final da década de 90, ela reaparece como *locus* relevante para a instalação de empreendimentos em segmentos modernos do Setor Secundário.² Além de exercer o comando da rede urbana gaúcha, Porto Alegre abriga as principais universidades do Estado, distinguindo-se como importante pólo nos campos da educação e da pesquisa científica, cuja influência ultrapassa, inclusive, as fronteiras do Estado. Restringir a análise à Capital ainda encontra sentido se levarmos em conta o esforço político-institucional que vem sendo realizado, na última década, pelo poder público municipal na formulação e na implementação de políticas públicas através da mediação da democracia participativa (Fedozzi, 2000).

Do ponto de vista teórico, a problemática que fundamenta as análises das desigualdades metropolitanas está inscrita no contexto das mudanças econômicas e sociais ocorridas no mundo, nas últimas décadas, em que as metrópoles e as grandes cidades se configuram como espaços contraditórios de concentração de poder e riqueza e de crescimento econômico, emergindo como lugares onde se agravam as desigualdades sociais, que provocam, dentre outros problemas, crises de governabilidade. É importante explorarmos as relações entre os efeitos produzidos pelo processo de reestruturação econômica e pela globalização e as mudanças sociais e espaciais que ocorrem nessas localidades e, com isso, avançarmos na investigação sobre a configuração atual das áreas metropolitanas.

² Já nos anos 80, evidenciava-se um esforço por parte do poder público municipal para evitar a fuga de indústrias instaladas na Capital, para assegurar a permanência daquelas com alta tecnologia (Furtado, 1993) e, como diz Alonso (2001), a instalação de "ramos compatíveis com o ambiente urbano (...)".

A referência na bibliografia recente que trata da questão metropolitana nesse novo contexto se encontra nas discussões que se travam recentemente em torno da hipótese da *global city*, formulada por Sassen (1991). Segundo Ribeiro (1999, p. 2), essa hipótese

“(...) postula que vem ocorrendo a transformação do papel das cidades que passam a integrar as redes da economia no mundo; mudando a sua divisão social e espacial do trabalho ao declinar a atividade industrial e ao expandirem-se as atividades financeiras e os serviços produtivos e pessoais. A conseqüência (...) seria a emergência de uma nova estrutura social, caracterizada pela expansão das camadas superiores e inferiores da hierarquia social e pela concentração da renda, ao mesmo tempo em que se contrai o peso das camadas médias”.

Para a análise que empreendemos neste artigo, baseamo-nos na construção de uma **tipologia sócio-espacial**, a partir da identificação de unidades espaciais homogêneas, através de um sistema classificatório de caráter sócio-ocupacional.

Em termos metodológicos, a tipologia de Porto Alegre foi trabalhada para os anos 1980 e 1991, implicando a adoção de procedimentos que se desenrolaram em duas etapas: a análise da estrutura sócio-ocupacional,³ com base numa hierarquização de categorias sócio-ocupacionais (CATs)⁴; e o exame das diferenciações espaciais da estrutura social, a partir da definição de unidades sócio-espaciais correspondentes.⁵

Num segundo momento, tratamos de qualificar essas unidades em termos de sua composição social e das condições de acesso da população a bens sociais. Para a análise dessas condições, definimos indicadores cruzando a tipologia sócio-espacial com variáveis de renda, educação, saneamento e cor. Utilizamos como fonte de dados as tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991, o que permitiu avaliar as transformações da es-

³ Para o detalhamento dos procedimentos metodológicos, ver Mammarella, Barcellos e Koch (2000).

⁴ Partindo do suposto de que a categoria **trabalho** permite organizar a compreensão sobre o modo como se estrutura a sociedade (Barcellos, Mammarella, 2000), as CATs foram construídas com base na combinação das variáveis renda, ocupação, posição na ocupação, setor de atividade e grau de instrução. A metodologia para a construção das CATs, bem como a listagem onde estão definidas as ocupações que compõem as 25 categorias, está explicitada em Ribeiro (2000, p. 629).

⁵ A análise das diferenciações espaciais da estrutura social partiu das categorias sócio-ocupacionais aplicadas ao espaço através de uma abordagem em nível de setor censitário, seguida do agrupamento dos setores em unidades socialmente homogêneas (áreas), de modo a elaborar uma tipologia sócio-espacial.

estrutura sócio-espacial e das condições de acesso aos bens sociais durante aquela década.

A exposição dos resultados obtidos compreende: a análise da estrutura social da Cidade, com a identificação do sistema de hierarquia social que nela se configura; a apresentação da tipologia dos espaços sociais, apontando sua evolução no tempo e mudanças no espaço; e, por fim, o exame dos diferenciais no acesso da população a bens sociais, considerando os tipos de espaço e as mudanças ocorridas no período estudado.

1 - A estrutura social da Cidade

Como vimos anteriormente, a questão central que orienta a construção e a análise da estrutura social, não só da cidade de Porto Alegre como da região metropolitana, gira em torno das hipóteses sustentadas por Sassen sobre os impactos sociais e espaciais das transformações econômicas que acompanham a globalização e que se encaminhariam na direção de uma polarização da estrutura sócio-profissional e da distribuição da renda. Tal processo de polarização social envolveria o encolhimento das camadas médias, uma transformação, inclusive com redução no operariado industrial e simultânea ampliação das ocupações de maior qualificação e dos quadros menos qualificados da estrutura social (Barcellos, Mammarella, 2000). Interessa-nos, portanto, verificar se — e até que ponto — os fenômenos indicativos dessas mudanças estão se manifestando em nossa Capital.

Na construção da tipologia sócio-espacial, partimos, como primeiro passo, da análise do sistema de hierarquização social construído a partir das CATs, que funciona como *proxy* da estrutura social e que nos serve de instrumento para a avaliação das tendências de segmentação e para a identificação das desigualdades sócio-espaciais presentes na cidade de Porto Alegre.⁶

Inicialmente, examinamos a composição da população ocupada segundo as CATs, organizadas de modo a expressar a hierarquia social.⁷ A primeira constatação que ressalta ao analisarmos a estrutura social da cidade de Porto

⁶ A tabela com as informações relativas à estrutura social de Porto Alegre, bem como uma análise da estrutura metropolitana, encontra-se em Mammarella, Koch e Barcellos (2000, p. 109).

⁷ Na hierarquização das CATs, a categoria dos Agricultores foi considerada separadamente. Em termos de localização no espaço, ela se enquadra no contexto das áreas periféricas e de moradia operária e/ou popular.

Alegre no ano de 1991 é a importância das camadas médias.⁸ A **Classe Média** representa cerca de um terço dos ocupados, fatia que alcança mais de 41% quando consideramos junto a **Pequena Burguesia**, segmento da população que se aproxima dos setores médios. Destacamos, ainda, o peso do **Proletariado Terciário**, que compõe, com essas duas CATs, um quadro onde os serviços apresentam posição dominante. Na seqüência, aparecem, por ordem, o **Proletariado Secundário**, a **Elite Intelectual**, o **Subproletariado**, a **Elite Dirigente** e, por fim, os **Agricultores**.

Quando examinamos a estrutura social, comparando os anos de 1980 e 1991, sob o ponto de vista teórico da polarização social, a primeira constatação que fazemos é de que essa tese não se confirma plenamente quando se analisa Porto Alegre. Se, de um lado, identificamos o peso das categorias médias e um crescimento da importância de CATs que se encontram em posições intermediárias na estrutura social, que é o caso da **Pequena Burguesia**, observamos que, de outro, ocorreu um decréscimo na participação do **Proletariado Secundário**, o que reflete um duplo processo: de reorganização do trabalho industrial frente às mudanças tecnológicas e de desindustrialização relativa do município, que se iniciou na década de 70.

A análise da estrutura social da Capital, sob o ponto de vista das taxas de crescimento nessa década, indica que três categorias se sobressaem, com taxas muito acima da média: os Ambulantes (6,86% a.a.) e os Pequenos Empregadores Urbanos (6,57% a.a.), cujo crescimento pode ser relacionado com os efeitos da chamada “década perdida”, marcada por uma crise que afetou o mercado de trabalho, provocando desemprego e aumento dos ocupados com baixos rendimentos (dentre eles, os Ambulantes); e os Profissionais de Nível Superior Autônomos (6,71% a.a.), cujo incremento reflete a concentração e o aumento da importância dos serviços especializados.

Em síntese, se a estruturação da hierarquia social de Porto Alegre não pode ser caracterizada a partir dos parâmetros do modelo de polarização que acompanha a globalização e a reestruturação, tendo em vista a importância das camadas intermediárias, quando analisada sob o ângulo do crescimento, alguns indícios desse modelo se manifestam, se considerarmos o destaque de certas categorias situadas nos extremos da hierarquia.

⁸ A comparação da estrutura social de Porto Alegre com a da RMPA mostra-nos que há distinções relevantes que, embora não integrem o escopo deste texto, merecem ser registradas. A RMPA apresenta uma estrutura na qual o proletariado industrial é a categoria com maior peso, refletindo a importância industrial da Região. Se retirarmos a Capital do conjunto metropolitano, os operários industriais representam em torno de 40% dos ocupados. As camadas médias, por outro lado, ocupam uma fatia bem menor na estrutura metropolitana, o que ocorre também com a elite intelectual, que aparece com maior destaque na hierarquia social de Porto Alegre (Mammarella, Koch e Barcellos, 2000).

2 - Tipologia dos espaços sociais da cidade de Porto Alegre

Ao construirmos a tipologia dos espaços sociais de Porto Alegre, queremos averiguar, empiricamente, se, por conta dos efeitos produzidos pela reestruturação econômica, é possível identificar transformações na Cidade que possam estar exprimindo características de dualização ou de segregação sócio-espacial⁹.

Foi perseguindo esse propósito que, neste tópico, analisamos os produtos do trabalho desenvolvido nas diversas etapas percorridas na elaboração da tipologia sócio-espacial da cidade de Porto Alegre para os anos 1980 e 1991.

Primeiramente, foi estabelecido um sistema de correlação entre a configuração das 55 unidades espaciais homogêneas (UEH)¹⁰, agregadas a partir dos setores censitários, e a hierarquia social (25 CATs), através de uma análise fatorial por correspondência binária.¹¹

A leitura sociológica que fazemos do cruzamento estatístico realizado entre essas duas configurações, seja para 1980, seja 1991, é de que a hierarquia social é o principal fator de organização do espaço, isto é, existe forte correlação entre a estrutura social e a estrutura espacial. Como mostra a Figura 1, o resultado desta análise também nos permitiu observar que existe uma oposição no espaço fatorial das categorias das **Elites Dirigente e Intelectual** com relação às categorias do **Proletariado Secundário** (à exceção da construção civil e dos artesãos) e dos ambulantes (do **Subproletariado**).

A Figura 1 ainda revela que as categorias sociais intermediárias (**Classe Média, Pequena Burguesia**), bem como as áreas onde elas se concentram, se encontram muito próximas do centro de gravidade do espaço fatorial, signifi-

⁹ A segregação sócio-espacial aqui está referida à noção de interação social no espaço.

¹⁰ No curso do texto, essas unidades espaciais homogêneas também serão denominadas áreas ou espaços. A construção das 55 UEH em Porto Alegre partiu dos censitários e atendeu a um conjunto de critérios: distribuição da população ocupada (mínimo de 5.000 pessoas ocupadas por agrupamento de setores censitários); contigüidade e continuidade geográfica das áreas; unidade urbanística; correspondência entre os limites das áreas e os limites de outras formas de regionalização existentes que têm importância em termos de geração/uso de dados e de intervenção pública, ou seja, os bairros, as regiões administrativas, as regiões do Orçamento Participativo e as áreas especiais (do tipo "vilas" ou "favelas"); e, por fim, como subsídio adicional, a análise prévia da distribuição das CATs por setor censitário.

¹¹ Para uma visão mais detalhada dos resultados da análise fatorial, ver Koch, Mammarella e Barcellos (2001). Na análise fatorial, em 1991, o fator 1 explica, aproximadamente, 62% das variações em relação à composição social média das áreas. Em 1980, o fator 1 foi responsável por quase 56% dessas variações.

cando que elas apresentam uma configuração próxima da estrutura social média dos espaços sociais da cidade de Porto Alegre. Nos dois pólos do espaço fatorial, situam-se, de um lado, categorias e áreas de tipo predominantemente popular e, de outro, categorias e áreas de tipo superior.

Procedendo à classificação das 55 áreas através do sistema de Classificação Hierárquica Ascendente (CHA)¹² chegamos a uma divisão da cidade em seis grandes tipos de áreas, resultado obtido tanto para 1980 como para 1991. Obedecendo a uma hierarquia, esses tipos de área foram denominados: **superior, médio superior, médio, médio inferior, operário e popular**. A definição dos tipos tem como referência a comparação entre o perfil sócio-ocupacional dos tipos e o perfil médio da Cidade. Na seqüência, destacaremos os aspectos demográficos e a composição social das áreas definidas.

Examinando a distribuição do número de áreas¹³ e da população ocupada por tipo de área (Tabela 1), nossa principal constatação é de que, entre 1980 e 1991, aumenta a participação dos espaços de tipo **médio superior** e **popular** tanto em termos de número de áreas como de população ocupada. Em contrapartida, diminui a importância de **tipo superior** tanto em área como em população ocupada. Os tipos **médio** e **médio inferior** também reduzem sua contribuição no que se refere à população ocupada, permanecendo, no entanto, com o mesmo peso com relação às áreas. Nesse movimento, chama atenção o fato de que o tipo **operário** reduz seu peso em número de áreas, mas aumenta sua participação na população ocupada.

Considerando, no mesmo período, o volume de população ocupada em cada tipo, dois fatos merecem destaque: o elevado crescimento verificado em áreas de tipo **médio superior** e **popular** (de aproximadamente 254% e 84,5% respectivamente) e a taxa de crescimento negativo em espaços de tipo **superior** (-12,1%).

No que diz respeito à composição social dos espaços, a caracterização da tipologia foi realizada com base na análise de três indicadores em 1991: a distribuição das CATs, segundo os seis tipos de áreas (Tabela 2); o perfil médio de cada tipo, ou seja, a sua estrutura sócio-ocupacional (Tabela 3); e a densidade relativa¹⁴, que permite inferir o grau de representação das categorias nos diferentes tipos de área (Tabela 4).

¹² Para estabelecer esse sistema, hierarquizamos o espaço através de *clusters*, o que permitiu a elaboração de um gradiente classificatório das parcelas territoriais definidas para o estudo, isto é, das 55 áreas previamente construídas.

¹³ Na análise de 1980, cinco áreas foram desconsideradas, uma vez que seus resultados carecem de representatividade.

¹⁴ O cálculo da densidade relativa é feito a partir da distribuição das CATs pelos tipos de área, considerando a relação entre o percentual obtido por cada uma das categorias em cada tipo de área e o percentual obtido pelo total das CATs em cada tipo de área.

Figura 1

Espaço fatorial das categorias sócio-ocupacionais em Porto Alegre — 1991

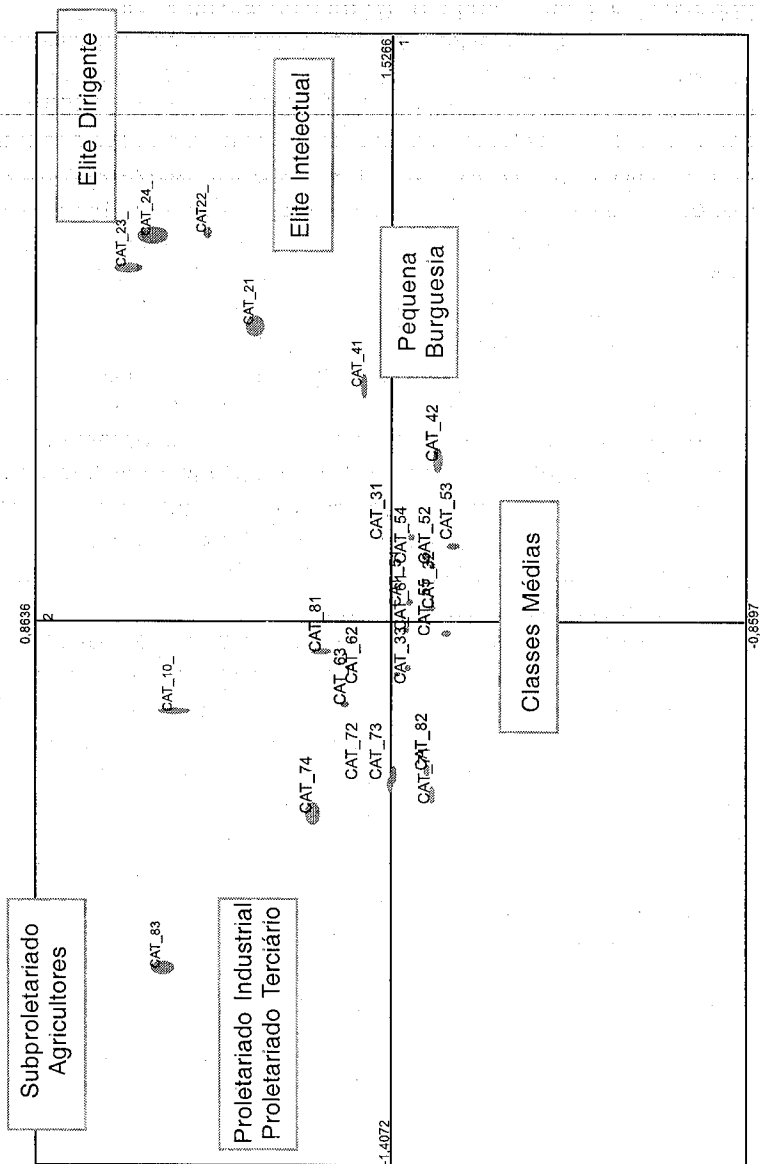


Tabela 1

Percentual de áreas e de população ocupada na tipologia de Porto Alegre — 1980 e 1991

TIPOS	ÁREAS		POPULAÇÃO OCUPADA		Δ% POPULAÇÃO OCUPADA 1991/1980
	1980	1991	1980	1991	
Superior	16,36	14,55	21,18	13,29	-12,11
Médio superior	5,45	18,18	7,51	18,98	254,08
Médio	16,36	16,36	20,33	16,44	13,23
Médio inferior	20,00	20,00	23,04	19,46	18,33
Operário	23,63	16,36	17,67	18,29	44,92
Popular	9,10	14,55	10,27	13,54	84,55
Áreas não analisadas	9,10	-	-	-	-
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	40,04

FONTE DOS DADOS BRUTOS: CENSO DEMOGRÁFICO (1980, 1991). Rio de Janeiro: IBGE.

Ao analisarmos a composição social de cada tipo de área, salientamos que todos os tipos de espaço apresentam um certo grau de heterogeneidade social. Assim sendo, vamos destacar, na descrição que se segue, os pontos que foram fundamentais na configuração do tipo.

As áreas de tipo **superior** são aquelas em que a **Elite Dirigente** está fortemente representada, o que significa afirmar que a moradia dos integrantes dessa categoria está em grande parte concentrada nesse espaço. O peso da Elite Dirigente pode ser constatado no alto índice de densidade relativa, que é o indicador da representatividade das categorias no espaço. Outro grupo que tem uma presença relevante nos espaços superiores é a **Elite Intelectual**. Devemos anotar a importância de outras categorias que se situam na base da pirâmide social, como é o caso do **Proletário Terciário** e do **Subproletariado**. Esse fato pode ser explicado pela composição interna dessas categorias. No último grupo, as empregadas domésticas têm um peso considerável, o que nos leva a aventar a hipótese da coincidência entre moradia e trabalho.

O segundo espaço na hierarquia social, o **médio superior**, apresenta uma composição social próxima à das áreas acima caracterizadas, porém quem marca presença de forma destacada é a **Elite Intelectual**, que se constitui em elemento definidor dessa configuração, todavia apresenta uma maior heterogeneidade no que diz respeito à sua composição, tendo em vista que várias categorias se fazem bem representadas nessas áreas, o que é mais evidente no caso da **Elite Dirigente** (em especial os dirigentes públicos). Nessas áreas, também a **Classe Média** se sobressai: é onde ela tem maior participação na distribuição interna das CATs, o maior grau de concentração espacial e de representação.

Tabela 2

Distribuição das categorias sócio-ocupacionais, por tipos de área, em Porto Alegre — 1991

(%)

CATEGORIAS	SUPERIOR	POPULAR	MÉDIO INFERIOR	MÉDIO
1 - Agricultores	12,05	29,74	13,84	9,30
2 - Empresários	41,30	0,31	11,31	14,97
3 - Dirigentes do setor público	41,76	0,00	5,89	10,29
4 - Dirigentes do setor privado	53,40	0,00	9,94	10,04
5 - Profissionais liberais	52,02	0,97	4,27	15,81
6 - Profissionais de nível superior autônomos	28,59	2,39	14,29	15,71
7 - Profissionais de nível superior empregados	20,98	2,81	18,01	20,00
8 - Pequenos empregadores urbanos	17,94	7,78	18,33	18,65
9 - Comerciantes por conta própria	10,11	14,38	22,30	15,09
10 - Empregados de escritório	14,40	11,87	19,31	16,73
11 - Empregados de supervisão	15,58	8,61	19,17	17,92
12 - Técnicos e artistas	15,25	6,18	20,90	17,74
13 - Empregados da saúde e da educação	16,37	7,68	20,33	16,93
14 - Empregados da Segurança Pública, Justiça e correios	9,83	10,78	24,10	17,27
15 - Empregados do comércio	12,86	13,84	19,29	16,67
16 - Prestadores de serviços especializados	9,92	16,24	20,26	16,08
17 - Prestadores de serviços não especializados	11,42	19,52	19,73	13,85
18 - Operários da indústria moderna	2,53	19,95	21,29	16,81
19 - Operários da indústria tradicional	4,42	21,96	21,25	14,35
20 - Operários dos serviços auxiliares da economia	4,61	20,78	21,60	16,77
21 - Operários da construção civil	4,51	27,80	20,00	13,15
22 - Artesãos	11,72	11,07	20,00	19,88
23 - Empregados domésticos	13,96	18,93	17,48	14,91
24 - Ambulantes	3,94	21,09	21,02	16,35
25 - Biscateiros	3,38	49,97	14,19	6,94
26 - TOTAL	13,30	13,53	19,46	16,44

(continua)

Tabela 2

Distribuição das categorias sócio-ocupacionais, por tipos de área, em Porto Alegre — 1991

(%)

CATEGORIAS	OPERÁRIO	MÉDIO SUPERIOR	TOTAL
1 - Agricultores	25,70	9,36	100,00
2 - Empresários	5,30	26,81	100,00
3 - Dirigentes do setor público	2,13	39,93	100,00
4 - Dirigentes do setor privado	3,58	23,04	100,00
5 - Profissionais liberais	0,00	26,93	100,00
6 - Profissionais de nível superior autônomos	6,34	32,68	100,00
7 - Profissionais de nível superior empregados	10,03	28,18	100,00
8 - Pequenos empregadores urbanos	13,84	23,46	100,00
9 - Comerciantes por conta própria	20,92	17,20	100,00
10 - Empregados de escritório	17,05	20,65	100,00
11 - Empregados de supervisão	16,26	22,47	100,00
12 - Técnicos e artistas	15,67	24,26	100,00
13 - Empregados da saúde e da educação	16,45	22,24	100,00
14 - Empregados da Segurança Pública, Justiça e correios	19,27	18,75	100,00
15 - Empregados do comércio	18,21	19,13	100,00
16 - Prestadores de serviços especializados	19,42	18,07	100,00
17 - Prestadores de serviços não especializados	21,91	13,57	100,00
18 - Operários da indústria moderna	28,83	10,59	100,00
19 - Operários da indústria tradicional	26,72	11,30	100,00
20 - Operários dos serviços auxiliares da economia	24,93	11,31	100,00
21 - Operários da construção civil	24,32	10,23	100,00
22 - Artesãos	17,05	20,28	100,00
23 - Empregados domésticos	18,00	16,71	100,00
24 - Ambulantes	24,83	12,78	100,00
25 - Biscateiros	22,60	2,92	100,00
26 - TOTAL	18,29	18,98	100,00

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO (1991) Rio de Janeiro: IBGE.

Tabela 3

Perfil médio das categorias sócio-ocupacionais, por tipos de área, em Porto Alegre — 1991

(%)

CATEGORIAS	SUPERIOR	POPULAR	MÉDIO INFERIOR	MÉDIO
1 - Agricultores	0,89	2,16	0,70	0,56
2 - Empresários	3,74	0,03	0,70	1,10
3 - Dirigentes do setor público	0,84	0,00	0,08	0,17
4 - Dirigentes do setor privado	1,69	0,00	0,21	0,26
5 - Profissionais liberais	2,39	0,04	0,13	0,59
6 - Profissionais de nível superior autônomos	5,64	0,46	1,92	2,51
7 - Profissionais de nível superior empregados	9,16	1,20	5,37	7,06
8 - Pequenos empregadores urbanos	7,22	3,08	5,04	6,07
9 - Comerciantes por conta própria	3,04	4,25	4,58	3,67
10 - Empregados de escritório	8,73	7,07	8,00	8,20
11 - Empregados de supervisão	8,08	4,38	6,79	7,51
12 - Técnicos e artistas	5,75	2,29	5,39	5,41
13 - Empregados da saúde e da educação	8,19	3,77	6,95	6,85
14 - Empregados da Segurança Pública, Justiça e correios	2,73	2,95	4,58	3,88
15 - Empregados do comércio	7,07	7,48	7,24	7,41
16 - Prestadores de serviços especializados	5,13	8,26	7,16	6,73
17 - Prestadores de serviços não especializados	4,63	7,78	5,47	4,54
18 - Operários da indústria moderna	0,68	5,30	3,93	3,67
19 - Operários da indústria tradicional	1,15	5,60	3,77	3,01
20 - Operários dos serviços auxiliares da economia	1,73	7,65	5,53	5,08
21 - Operários da construção civil	1,34	8,13	4,07	3,16
22 - Artesãos	2,66	2,47	3,10	3,64
23 - Empregados domésticos	6,44	8,58	5,51	5,56
24 - Ambulantes	0,92	4,82	3,34	3,07
25 - Biscateiros	0,15	2,25	0,44	0,26
26 - TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

(continua)

Tabela 3

Perfil médio das categorias sócio-ocupacionais, por tipos de área, em Porto Alegre — 1991

(%)

CATEGORIAS	OPERÁRIO	MÉDIO SUPERIOR	TOTAL
1 - Agricultores	1,38	0,49	0,98
2 - Empresários	0,35	1,70	1,20
3 - Dirigentes do setor público	0,03	0,56	0,27
4 - Dirigentes do setor privado	0,08	0,51	0,42
5 - Profissionais liberais	0,00	0,87	0,61
6 - Profissionais de nível superior autônomos	0,91	4,51	2,62
7 - Profissionais de nível superior empregados	3,18	8,62	5,80
8 - Pequenos empregadores urbanos	4,05	6,61	5,35
9 - Comerciantes por conta própria	4,58	3,63	4,00
10 - Empregados de escritório	7,51	8,77	8,06
11 - Empregados de supervisão	6,13	8,16	6,89
12 - Técnicos e artistas	4,30	6,41	5,02
13 - Empregados da saúde e da educação	5,98	7,79	6,65
14 - Empregados da Segurança Pública, Justiça e correios	3,90	3,65	3,70
15 - Empregados do comércio	7,28	7,37	7,31
16 - Prestadores de serviços especializados	7,31	6,55	6,88
17 - Prestadores de serviços não especializados	6,46	3,85	5,39
18 - Operários da indústria moderna	5,67	2,01	3,59
19 - Operários da indústria tradicional	5,05	2,06	3,45
20 - Operários dos serviços auxiliares da economia	6,79	2,97	4,98
21 - Operários da construção civil	5,26	2,13	3,96
22 - Artesãos	2,81	3,22	3,01
23 - Empregados domésticos	6,04	5,40	6,13
24 - Ambulantes	4,20	2,08	3,09
25 - Biscateiros	0,75	0,09	0,61
26 - TOTAL	100,00	100,00	100,00

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO (1991). Rio de Janeiro: IBGE

Tabela 4

Densidade relativa das categorias sócio-ocupacionais, por tipos de área, em Porto Alegre — 1991

CATEGÓRIAS	SUPERIOR	POPULAR	MÉDIO INFERIOR	MÉDIO
1 - Agricultores	0,91	2,20	0,71	0,57
2 - Empresários	3,11	0,02	0,58	0,91
3 - Dirigentes do setor público	3,14	0,00	0,30	0,63
4 - Dirigentes do setor privado	4,02	0,00	0,51	0,61
5 - Profissionais liberais	3,91	0,07	0,22	0,96
6 - Profissionais de nível superior autônomos	2,15	0,18	0,73	0,96
7 - Profissionais de nível superior empregados	1,58	0,21	0,93	1,22
8 - Pequenos empregadores urbanos	1,35	0,57	0,94	1,13
9 - Comerciantes por conta própria	0,76	1,06	1,15	0,92
10 - Empregados de escritório	1,08	0,88	0,99	1,02
11 - Empregados de supervisão	1,17	0,64	0,98	1,09
12 - Técnicos e artistas	1,15	0,46	1,07	1,08
13 - Empregados da saúde e da educação	1,23	0,57	1,04	1,03
14 - Empregados da Segurança Pública, Justiça e correios	0,74	0,80	1,24	1,05
15 - Empregados do comércio	0,97	1,02	0,99	1,01
16 - Prestadores de serviços especializados	0,75	1,20	1,04	0,98
17 - Prestadores de serviços não especializados	0,86	1,44	1,01	0,84
18 - Operários da indústria moderna	0,19	1,47	1,09	1,02
19 - Operários da indústria tradicional	0,33	1,62	1,09	0,87
20 - Operários dos serviços auxiliares da eco- nomia	0,35	1,54	1,11	1,02
21 - Operários da construção civil	0,34	2,05	1,03	0,80
22 - Artesãos	0,88	0,82	1,03	1,21
23 - Empregados domésticos	1,05	1,40	0,90	0,91
24 - Ambulantes	0,30	1,56	1,08	0,99
25 - Biscateiros	0,25	3,69	0,73	0,42
26 - TOTAL	1	1	1	1

(continua)

Tabela 4

Densidade relativa das categorias sócio-ocupacionais, por tipos de área, em Porto Alegre — 1991

CATEGORIAS	OPERÁRIO	MÉDIO SUPERIOR	TOTAL
1 - Agricultores	1,41	0,49	1
2 - Empresários	0,29	1,41	1
3 - Dirigentes do setor público	0,12	2,10	1
4 - Dirigentes do setor privado	0,20	1,21	1
5 - Profissionais liberais	0,00	1,42	1
6 - Profissionais de nível superior autônomos	0,35	1,72	1
7 - Profissionais de nível superior empregados	0,55	1,48	1
8 - Pequenos empregadores urbanos	0,76	1,24	1
9 - Comerciantes por conta própria	1,14	0,91	1
10 - Empregados de escritório	0,93	1,09	1
11 - Empregados de supervisão	0,89	1,18	1
12 - Técnicos e artistas	0,86	1,28	1
13 - Empregados da saúde e da educação	0,90	1,17	1
14 - Empregados da Segurança Pública, Justiça e correios	1,05	0,99	1
15 - Empregados do comércio	1,00	1,01	1
16 - Prestadores de serviços especializados	1,06	0,95	1
17 - Prestadores de serviços não especializados	1,20	0,71	1
18 - Operários da indústria moderna	1,58	0,56	1
19 - Operários da indústria tradicional	1,46	0,60	1
20 - Operários dos serviços auxiliares da economia	1,36	0,60	1
21 - Operários da construção civil	1,33	0,54	1
22 - Artesãos	0,93	1,07	1
23 - Empregados domésticos	0,98	0,88	1
24 - Ambulantes	1,36	0,67	1
25 - Biscateiros	1,24	0,15	1
26 - TOTAL	1	1	1

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO (1991). Rio de Janeiro: IBGE

As categorias de tipo médio são diversificadamente representadas, encontrando-se bem posicionadas praticamente em todos os espaços. Diferentemente das demais categorias, em especial dos operários e das elites, a classe média não apresenta um padrão locacional definido.

Nas áreas de tipo **médio**, encontramos uma configuração que reúne as CATs que compõem a **Classe Média** com uma relativa importância da **Elite Intelectual**, mais especificamente dos **profissionais de nível superior empregados** e da **Pequena Burguesia**, em especial dos **pequenos empregadores**. Em relação às outras configurações médias, destaca-se por apresentar menos importância da **Elite** do que o tipo **médio superior** e menos relevância das categorias proletárias do que o tipo médio inferior.

No quarto tipo de espaço, o **médio inferior**, o perfil das áreas, à diferença dos anteriores, passa a ser caracterizado pela presença dominante das CATs proletárias e subproletárias. Por essa razão, esse tipo de espaço pode ser considerado como o divisor na estrutura social da capital gaúcha.

O próximo espaço, o **operário**, constitui-se, juntamente com as áreas de tipo superior, como o espaço onde a homogeneidade social — no sentido de que a moradia de uma categoria está fortemente concentrada — é um fator definidor do tipo, apontando, como já havíamos mencionado, a existência de uma oposição de classes na organização social dos espaços na Cidade. Em relação às áreas de tipo médio inferior, as áreas de tipo **operário** são marcadas pela presença mais intensa do **Proletariado Secundário** e, em menor escala, do **Proletariado Terciário** e do **Subproletariado**.

O último tipo de espaço descrito, o **popular**, destaca-se por apresentar a maior concentração e a maior densidade relativa da ponta inferior da hierarquia social, ou seja, do **Subproletariado**, notadamente os biscateiros e as empregadas domésticas. Aqui, é importante também a presença dos operários da construção civil, segmento do **Proletariado Secundário**. Categorias do **Proletariado Terciário** merecem destaque por sua representação. É também nos espaços populares que a categoria dos **Agricultores** tem maior concentração.

3 - Evolução do espaço social

O exame da estrutura sócio-espacial de Porto Alegre, no tempo, revela as mudanças ocorridas na configuração social das áreas e na dinâmica espacial da cidade. A distribuição das 55 UEH, segundo as tipologias de 1980 e 1991, como pode ser observado nos Mapas 1 e 2, aponta o fato de que, na maioria dos casos, houve mudanças, sendo que 19 áreas se deslocaram para tipos mais bem posicionados e 12 para tipos pior situados na escala social. As cinco áreas

não consideradas em 1980 pela falta de representatividade, tendo em vista o tamanho da sua população ocupada, passaram a compor a tipologia em 1991.¹⁵

A seguir, privilegiamos a abordagem das mudanças que incidiram nas áreas de tipo **médio superior** e de tipo **popular**, uma vez que, como já vimos no tópico anterior, foram as que apresentaram o maior incremento tanto no número de áreas como na população ocupada.

O tipo **médio superior** teve o maior número de áreas que alteraram sua classificação na tipologia. Durante o período, agregou nove áreas, sendo quatro vindas de áreas do tipo superior e cinco de tipos situados hierarquicamente abaixo. As áreas advindas de tipo **superior**, e que, portanto, baixaram na escala hierárquica, correspondem: uma ao bairro Cidade Baixa, outra ao bairro Floresta e duas ao Centro.¹⁶ Das cinco áreas que ascenderam, três são provenientes de tipo **médio inferior** e conformam os bairros Azenha, Menino Deus, Praia de Belas e Santana; uma área, originada do tipo **médio**, forma o bairro São João; e, uma última, de tipo **operário**, compreende os bairros Pedra Redonda e Ipanema.

Dessa reconfiguração, depreendem-se diferentes movimentos que ocorreram em Porto Alegre na década e que estão correlacionados a mudanças verificadas na conformação desses bairros. Algumas hipóteses podem ser aventadas: a substituição de camadas superiores por camadas de menor renda da população, como é o caso do Centro, que passou a apresentar evidentes sinais de deterioração dos espaços¹⁷; a valorização de áreas, como ocorreu no bairro Menino Deus, onde se modificou o perfil da população no que se refere ao seu poder aquisitivo; ou a ocorrência de alterações nas funções dos bairros, como, por exemplo, no bairro Floresta, em que o comércio adquiriu maior peso.

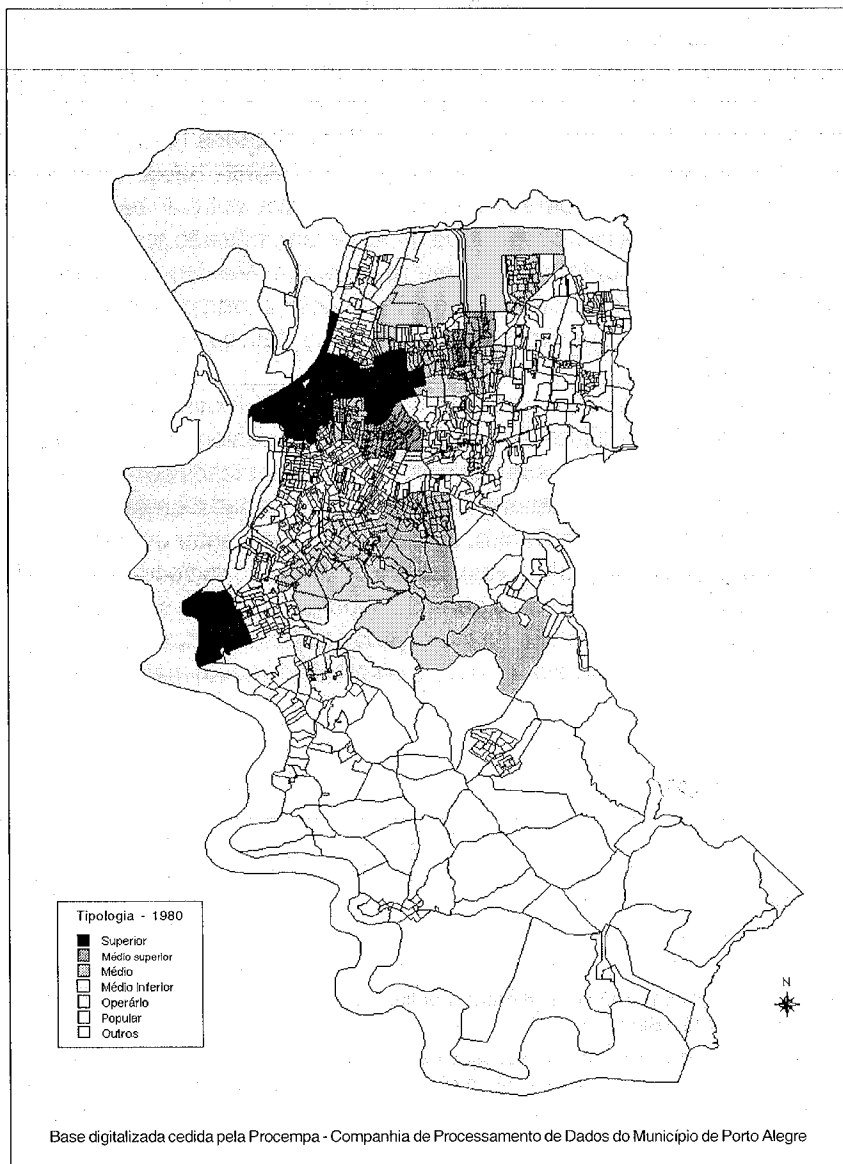
¹⁵ O quadro sintético com o número de áreas, por tipo, em 1980 e 1991 pode ser encontrado em Koch, Mammarella e Barcellos (2001).

¹⁶ Aqui cabe um esclarecimento. Na aplicação dos critérios na construção das áreas, ocorreram duas situações no que diz respeito a sua composição por bairros: em alguns casos, foi necessário somar mais de um bairro para formar uma área; em outros, dado o tamanho da população ocupada, o bairro foi dividido em mais de uma área.

¹⁷ Esses sinais de deterioração do centro de Porto Alegre podem ser depreendidos do conjunto de planos e medidas que o poder público municipal vem desenvolvendo no sentido de sua recuperação. Ver Borba (1993).

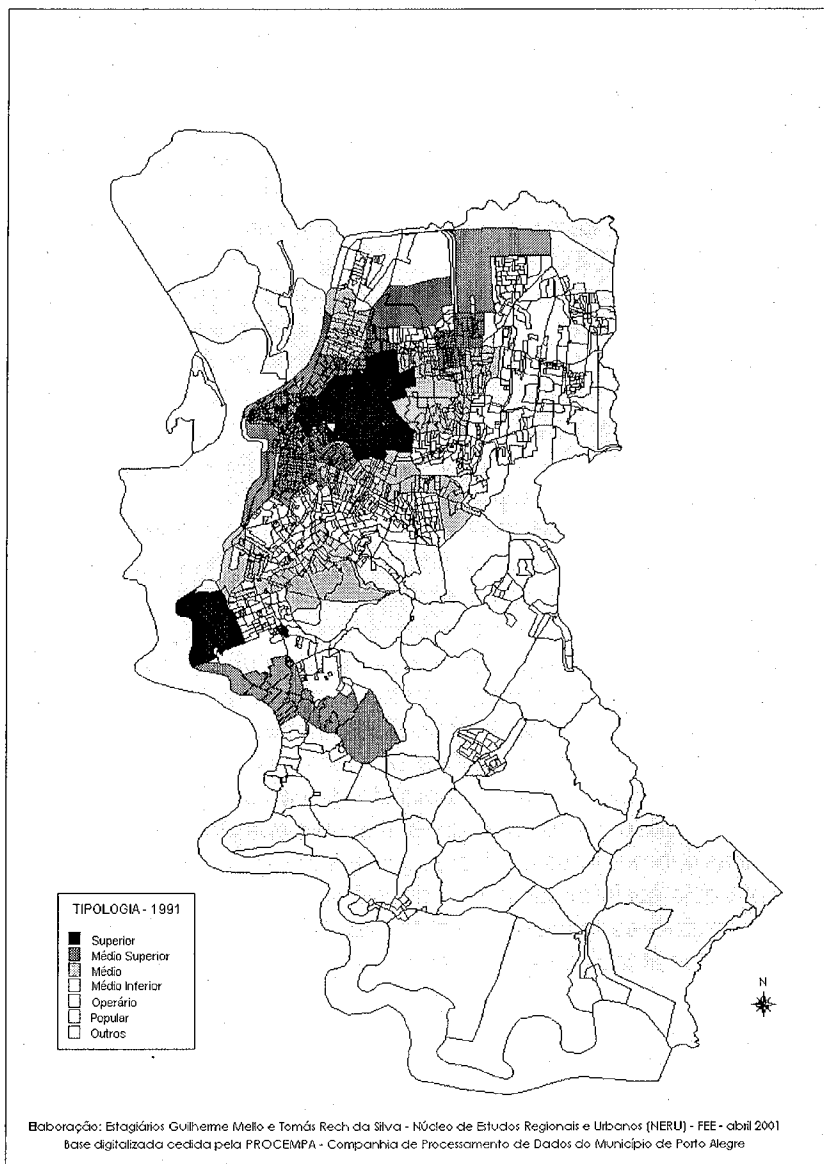
Mapa 1

Tipologia sócio-espacial de Porto Alegre — 1980



Mapa 2

Tipologia sócio-espacial de Porto Alegre — 1991



Os espaços de tipo **popular** foram acrescidos de quatro áreas: uma delas, a que compreende uma parte do bairro Sarandi, é proveniente do espaço **médio inferior**; a outra, oriunda do tipo **operário**, é uma área de favela que agrupa vilas localizadas no sul da Cidade. Os dois últimos acréscimos correspondem a duas áreas que não integraram a tipologia em 1980 e que passaram a compor esse espaço em 1991: uma, onde se localizam os bairros Lomba do Pinheiro e Agronomia, e outra, que abarca bairros mais afastados, ao sul da Cidade — Ponta Grossa, Chapéu do Sol, Belém Novo, Lageado e Lami. Essas constatações confirmam o que outros estudos já vinham apontando, ou seja, que, na década de 80, ocorreu um processo de expansão das áreas de moradia na Cidade, acompanhado de uma periferização, que atingiu, basicamente, a população situada nos extremos inferiores da hierarquia social (Fedozzi, 2000). Os Mapas 1 e 2 demonstram esse deslocamento dos espaços populares em direção à periferia da Cidade.

É importante mencionarmos o comportamento das quatro áreas de favela de Porto Alegre,¹⁸ que faziam parte, em 1991, dos espaços de tipo **popular**. Entre 1980 e 1991, apenas uma dessas áreas teve mobilidade descendente, tendo passado do tipo **operário** para o **popular**. As demais áreas de favela que, em 1980, se situavam no espaço **popular** aí permaneceram em 1991. Registramos que, em 1980, essas áreas reuniam 6,66% da população ocupada, e, em 1991, esse percentual se elevou para 7,52%.

Concentrando nossa atenção nos tipos de espaços que tiveram redução no número de áreas, devemos ressaltar os de tipo **operário**, pois, nos anos em estudo, 10 dessas áreas sofreram alteração, sendo que apenas uma com movimento descendente, passando a integrar o tipo popular. Todas as demais ascenderam a espaços **superiores**, destacando-se as situadas no sul da cidade. A hipótese, nesse caso, é de que o deslocamento das áreas operárias tenha acompanhado a ampliação de investimentos imobiliários, inclusive com o início da construção de alguns condomínios fechados de moradia da população com maior poder aquisitivo. Também o projeto de construção do Praia de Belas Shopping (concluído em 1991) se constituiu num dos elementos que estimulou as mudanças ocorridas nessas áreas, que assumiram uma posição mais elevada na hierarquia sócio-espacial da cidade naquela década. Esses empreendimentos encontram-se no circuito de abrangência da zona sul da Capital e influem na elevação dos preços do solo urbano. Por outro lado, não podemos deixar de

¹⁸ Para a delimitação das áreas de favela, valemo-nos dos dados censitários. É importante mencionarmos que a metodologia utilizada pelo IBGE para definir os "aglomerados subnormais", ou favelas, subestima a dimensão dessas áreas, uma vez que apenas são computados núcleos habitacionais com mais de 50 moradias.

anotar que essa alteração do espaço **operário** é acompanhada da redução da importância dos trabalhadores industriais na estrutura social da cidade.

Podemos obter, ainda, uma visão complementar sobre os processos de mudança que se desenrolaram no período em estudo através de dados que ilustram os movimentos que ocorreram no setor imobiliário.¹⁹ O exame da metragem das áreas vistoriadas por bairro (Anu. Estat. Pref. Poa, 1990, 1995, 1999) suscita alguns comentários que podem ser úteis para clarear um pouco o quadro que estamos esboçando.

Verificamos, em primeiro lugar, que houve, entre 1980 e 1991, uma redução na metragem total de área vistoriada em Porto Alegre, o que, evidentemente, corresponde ao recuo da política habitacional que vigorava no País, representado pela extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1986, e dos programas voltados às faixas de baixa renda, como é o caso do Promorar e do Profilurb (Liedke Filho, Ferreti, 1993). Em 1980, foi vistoriada, no total da cidade, uma área de 1.435.598,79m², valor que caiu para 849.960,63m² em 1991, ou seja, presenciamos uma redução de cerca de 41% na área vistoriada em Porto Alegre.

Não obstante, constatamos que alguns bairros tiveram um aumento significativo na área vistoriada e na sua participação no total da área vistoriada, o que nos indica mudanças nas tendências do investimento imobiliário e do crescimento das diferentes áreas da cidade.²⁰ É o caso, em primeiro lugar, dos bairros Menino Deus e Praia de Belas, que, em conjunto, reuniam, em 1980, apenas 1,75% das áreas vistoriadas e que, em 1991, ponteeavam a classificação, atingindo 17,47%. Esses bairros, que, como vimos, antes integravam o tipo **médio inferior**, passaram a fazer parte do tipo **médio superior** na tipologia que construímos para expressar a hierarquia sócio-espacial da cidade. Isto indica que as iniciativas do setor imobiliário nessa área se voltaram para camadas de renda mais alta. As áreas de tipo **médio superior**, aliás, foram as que mais aumentaram em termos de participação no total de área vistoriada nos anos estudados: em 1980, esse grupo detinha uma fatia de apenas 7,65%, alcançando, em 1991, nada menos do que 31,93%.

¹⁹ Não faz parte dos objetivos deste texto realizar uma análise do mercado imobiliário, embora ela seja fundamental para a compreensão mais aprofundada das alterações em curso na configuração sócio-espacial de Porto Alegre. Neste artigo, limitamo-nos a utilizar informações facilmente disponíveis sobre a evolução desse setor com o intuito simples de buscar algumas explicações objetivas para os fenômenos encontrados na evolução da estrutura sócio-espacial da capital gaúcha.

²⁰ Acreditamos que essas mudanças nas tendências de investimento no setor imobiliário mantêm estreita relação com as alterações ocorridas em função das mudanças na legislação urbanística definida no I Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (I PDDU) (Lei Complementar nº 158, de 22 julho de 1987) e que dizem respeito, particularmente, ao aumento dos índices de aproveitamento e à "quebra da especialização funcional" (Liedke Filho, Ferreti, 1993).

Em segundo lugar, aparecem os bairros Bela Vista e Mont'Serrat, que, juntos, somavam um percentual de 2,81% no início do período, crescendo para 10,08% sua participação no total das áreas vistoriadas no último ano considerado. Esses bairros integram o tipo **superior** de área dentro de nossa classificação dos espaços de Porto Alegre. É importante observar que os bairros classificados nesse tipo, em conjunto, também tiveram um incremento importante na participação, no total de área vistoriada: em 1980, já contribuíam com 25,13%, passando, em 1991, para 35,01% desse total. Além dos bairros Bela Vista e Mont'Serrat, também tiveram forte crescimento de sua participação no total de área vistoriada os bairros Auxiliadora e Moinhos de Vento entre 1980 e 1991 (de 3,42% para 7,30% na soma de ambos). Assim, embora na década de 80 a área vistoriada tenha se reduzido, ela aumentou em locais de residência das camadas de mais alta renda da cidade. Com relação aos bairros Bela Vista e Mont'Serrat, o período assistiu à implantação de alguns empreendimentos comerciais de grande porte durante a década de 80 e que abrangeram esses bairros em seu perímetro de influência, inclusive trazendo junto uma melhoria dos acessos viários, aumentando a atratividade desse espaço para as camadas de alta renda da Cidade. Este é o caso do Shopping Center Iguatemi, inaugurado em 1983. Outra área que inclui os bairros Boa Vista e Higienópolis também cresceu em torno desse complexo de mudanças que se verificaram no período em estudo.

Numa posição menos privilegiada da hierarquia sócio-espacial da Cidade, observamos que os bairros de tipos **médio** e **médio inferior**, de moradia de populações de renda média baixa, como Rubem Berta, Vila Ipiranga/Jardim Itu, Passo D'Areia e Sarandi, que tinham as melhores posições em 1980, experimentaram forte queda de participação no conjunto da área vistoriada em 1991, expressando, dentre outros fatores, o recuo de uma política habitacional voltada para camadas de renda mais baixa.

4 - Os diferenciais de acesso a bens sociais entre os espaços da Cidade

A tipologia que descrevemos dá a dimensão das diferenças sociais entre os espaços da cidade de Porto Alegre, sob o ângulo da estrutura social, da qual as categorias sócio-ocupacionais constituem uma aproximação. Se olharmos esses espaços do ponto de vista das diferenças de acesso a bens e serviços sociais (renda, educação, saneamento), bem como das diferenças relacionadas com a segmentação em etnias ou raças, podemos complementar nossa abordagem.

Observando a distribuição da renda, procuraremos assinalar a distância existente entre os diferentes tipos de espaços, já que o acesso aos benefícios urbanos e ao consumo está em grande parte condicionado pelos níveis de renda das populações.

Analisando a distribuição da renda da população com idade superior a 14 anos²¹, integrante de cada tipo de área, algumas constatações destacam-se já numa primeira leitura. A mais evidente é a forte concentração, nos espaços de tipo **médio inferior, operário e popular**, da população que se enquadrava na faixa dos “sem rendimento” e com até um salário mínimo de renda em 1991. Nesses três tipos de espaços, os percentuais situavam-se acima dos 50% e atingiam, nas áreas de tipo popular, 67,16% dessa população. No campo oposto, nos tipos **superior e médio superior**, a população localizava-se, em maiores proporções, nas mais altas faixas de renda. Em 1991, 17,27% das pessoas que residiam nos espaços de tipo **superior** e 10,77% das que residiam nos de tipo **médio superior** recebiam mais de 15 salários mínimos de renda mensal, enquanto apenas 0,60% dos moradores de tipo **popular** se achava nesse intervalo de rendimento (Tabelas 5 e 6).

Examinando esses dados, em comparação com a situação de 1980, é muito significativa a piora que observamos na distribuição da renda entre os espaços, com aumento de população na faixa mais baixa de rendimento, nas áreas de tipo **operário e popular**, e forte incremento da fatia que se encontrava no limite superior da distribuição nos espaços **superior e médio superior**.

Uma outra constatação é o caráter heterogêneo das áreas. Como já havíamos anotado na análise da tipologia, também não encontramos tipos “puros” no que diz respeito à distribuição da renda, mas uma alta proporção de pessoas com rendimentos no limite inferior da escala em todos os tipos de áreas. No entanto, é preciso destacar que, se tomarmos a distribuição de cada faixa de renda pelos tipos, entre 1980 e 1991, as rendas menores aumentaram significativamente nos espaços **operários e populares**, ao mesmo tempo em que as faixas de renda mais elevadas tiveram crescimento nos tipos **médio superior e superior**, indicando uma tendência de homogeneização social nas áreas situadas nas pontas da hierarquia sócio-espacial, revelando um aumento das desigualdades entre as áreas.

Outro indicador relevante para a avaliação das condições de acesso a bens e serviços sociais é a educação. O exame das informações contidas nas Tabe-

²¹ Utilizamos a variável “faixa de renda total real” para os maiores de 14 anos, conforme o **Censo Demográfico de 1991**.

las 7 e 8 permite-nos algumas conclusões importantes.²² A partir da análise da distribuição da instrução em cada tipo, em 1991, constatamos a existência de uma correlação direta entre o nível de instrução e o tipo de espaço, ou seja, aumenta a instrução à medida que melhora o tipo de área e vice-versa. Outro aspecto que ressalta nessa leitura, e que deve ser destacado, porque expõe o fosso que separa em especial os moradores das áreas de tipo **popular** das outras áreas, é que nesses espaços, em 1991, mais de 70% das pessoas não tinham concluído nenhum curso, enquanto, na média da Cidade, os que estavam enquadrados nesse nível correspondiam a 37,45% das pessoas maiores de 10 anos. Ainda nesses espaços populares, verificamos que quase 94% da população tinha instrução abaixo do 2º grau, que hoje é considerado básico para encontrar uma posição mais estável no mercado de trabalho (Zimmermann, 1995; Zimmermann, Jornada, Sternberg, 1997). No extremo oposto, vemos que, nas áreas de tipo **superior** e **médio superior**, os que alcançaram o nível universitário representavam, em 1991, respectivamente, cerca de 29% e quase 21%, enquanto na distribuição média de Porto Alegre essa cifra não atingia 12%. Se compararmos essas informações com as distribuições de 1980, observamos que houve um aprofundamento dessa situação precária e extremamente desigual de acesso ao ensino. Esse acirramento das desigualdades na década revela-se coerente com as mudanças ocorridas na configuração sócio-espacial da Cidade, entre as quais se sobressai a periferização dos espaços operários e populares, antes mais mesclados em áreas de tipo **médio** e **médio inferior**, conforme nos referimos antes. Chamamos atenção, ainda, para o fato de que houve, no quadro médio de educação da Capital, nesse período, um processo de polarização dos níveis de ensino, uma vez que aumentou a proporção das pessoas sem nenhum curso, ao mesmo tempo em que cresceu a parcela dos que concluíram o 2º grau e o nível superior, reduzindo-se o percentual dos que cursaram o primário e o 1º grau.

²² Consideramos a variável curso concluído das pessoas maiores de 10 anos para avaliar o nível de instrução da população.

Tabela 5

Participação relativa da renda total real, por faixas, segundo os tipos de área, em Porto Alegre — 1980 e 1991

RENDA	SUPERIOR		MÉDIO SUPERIOR		MÉDIO	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
	Sem renda e até 1 SM	38,09	39,36	35,50	37,37	41,85
Mais de 1 SM até 2 SMs	18,36	10,40	18,41	12,98	20,79	14,71
Mais de 2 SMs até 5 SMs	21,46	18,57	24,35	24,19	20,37	20,88
Mais de 5 SMs até 15 SMs	15,33	14,40	16,64	14,68	12,00	10,85
Mais de 15 SMs	6,77	17,27	5,09	10,77	4,99	5,95
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

RENDA	MÉDIO INFERIOR		OPERÁRIO	
	1980	1991	1980	1991
	Sem renda e até 1 SM	44,19	51,92	42,64
Mais de 1 SM até 2 SMs	23,89	16,54	23,30	19,11
Mais de 2 SMs até 5 SMs	21,47	20,08	23,05	18,75
Mais de 5 SMs até 15 SMs	8,59	7,86	9,38	4,88
Mais de 15 SMs	1,86	3,60	1,64	1,44
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

RENDA	POPULAR		TOTAL	
	1980	1991	1980	1991
	Sem renda e até 1 SM	43,78	67,16	40,65
Mais de 1 SM até 2 SMs	25,11	19,14	21,25	15,62
Mais de 2 SMs até 5 SMs	21,31	11,35	22,06	19,30
Mais de 5 SMs até 15 SMs	8,22	1,75	12,13	9,06
Mais de 15 SMs	1,58	0,60	3,91	6,28
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO (1980, 1991) Rio de Janeiro: IBGE

Tabela 6

Estrutura interna relativa da renda total real, por faixas, segundo os tipos de área, em Porto Alegre — 1980 e 1991

(%)

RENDA	SUPERIOR		MÉDIO SUPERIOR		MÉDIO	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Sem renda e até 1 SM	15,41	10,37	18,27	13,73	20,49	15,80
Mais de 1 SM até 2 SMs	14,20	8,73	18,12	15,20	19,46	15,55
Mais de 2 SMs até 5 SMs	16,00	12,61	23,10	22,92	18,37	17,86
Mais de 5 SMs até 15 SMs	20,77	20,77	28,70	28,70	19,68	19,68
Mais de 15 SMs	28,47	36,05	27,23	31,39	25,42	15,65

RENDA	MÉDIO INFERIOR		OPERÁRIO	
	1980	1991	1980	1991
Sem renda e até 1 SM	20,80	20,72	14,58	20,46
Mais de 1 SM até 2 SMs	21,51	21,03	15,23	22,32
Mais de 2 SMs até 5 SMs	18,63	20,66	14,52	17,72
Mais de 5 SMs até 15 SMs	13,54	13,54	10,74	10,74
Mais de 15 SMs	9,12	11,39	5,83	4,19

RENDA	POPULAR		TOTAL	
	1980	1991	1980	1991
Sem renda e até 1 SM	10,45	18,91	100,00	100,00
Mais de 1 SM até 2 SMs	11,46	17,17	100,00	100,00
Mais de 2 SMs até 5 SMs	9,38	8,24	100,00	100,00
Mais de 5 SMs até 15 SMs	6,57	6,57	100,00	100,00
Mais de 15 SMs	3,93	1,33	100,00	100,00

Tabela 7

Participação relativa do grau de instrução (curso concluído) dos maiores de 10 anos, por faixas, segundo os tipos de área, em Porto Alegre — 1980 e 1991

GRAU	Participação relativa do grau de instrução (curso concluído) dos maiores de 10 anos, por faixas, segundo os tipos de área, em Porto Alegre — 1980 e 1991 (%)							
	SUPERIOR		MÉDIO SUPERIOR		MÉDIO		MÉDIO INFERIOR	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Nenhum curso ...	19,47	18,60	14,95	19,77	23,01	30,33	31,48	37,90
Primário	28,48	7,82	31,67	11,01	34,76	12,67	37,42	13,76
1º grau	18,90	15,18	21,42	17,62	18,71	18,71	17,30	20,13
2º grau	21,20	29,42	21,94	30,61	15,89	26,37	10,44	21,38
Superior	11,94	28,98	10,02	20,99	7,62	11,91	3,36	6,83
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

GRAU	Participação relativa do grau de instrução (curso concluído) dos maiores de 10 anos, por faixas, segundo os tipos de área, em Porto Alegre — 1980 e 1991 (%)					
	OPERÁRIO		POPULAR		TOTAL	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Nenhum curso ...	29,09	49,23	32,68	70,63	24,24	37,45
Primário	38,98	13,81	38,36	11,00	34,57	11,92
1º grau	18,12	19,11	16,50	11,73	18,72	17,42
2º grau	11,37	15,33	9,52	5,88	15,68	21,67
Superior	2,44	2,52	2,94	0,77	6,80	11,54
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO (1980, 1991) Rio de Janeiro: IBGE

Tabela 8

Estrutura interna relativa do grau de instrução (curso concluído) dos maiores de 10 anos, por faixas, segundo os tipos de área, em Porto Alegre — 1980 e 1991

(%)

GRAU	SUPERIOR		MÉDIO SUPERIOR		MÉDIO		MÉDIO INFERIOR	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Nenhum curso	13,10	6,54	12,61	9,65	18,98	13,35	25,15	20,06
Primário	13,43	8,65	18,72	16,88	20,11	17,53	20,96	22,88
1º grau	16,46	11,47	23,38	18,49	19,98	17,71	17,89	22,91
2º grau	22,05	17,87	28,60	25,81	20,27	20,06	12,90	19,56
Superior	28,63	33,08	30,11	33,25	22,39	17,02	9,56	11,74

GRAU	OPERÁRIO		POPULAR		TOTAL	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Nenhum curso	16,88	23,95	13,29	26,45	100,00	100,00
Primário	15,85	21,11	10,93	12,95	100,00	100,00
1º grau	13,61	19,98	8,68	9,44	100,00	100,00
2º grau	10,20	12,88	5,98	3,80	100,00	100,00
Superior	5,04	3,98	4,26	0,93	100,00	100,00

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO (1980, 1991) Rio de Janeiro. IBGE.

Voltando o foco para a distribuição dos vários níveis de instrução segundo os tipos de área, temos ainda uma outra visão do problema. Constatamos que, em 1991, 66,33% dos que alcançaram o nível superior de instrução viviam nos espaços de tipo **superior** e **médio superior**, enquanto 50,40% das pessoas sem nenhum curso eram moradores dos espaços de tipo **operário** e **popular**. Essa situação revelou-se pior do que a que caracterizava a cidade em 1980, quando 58,74% da população com instrução de grau superior se concentravam naqueles espaços melhor situados e 30,17% dos que não haviam concluído nenhum curso estavam na base da hierarquia sócio-espacial.

Além da renda e da educação, podemos também avaliar os diferenciais de acesso a serviços que marcaram a cidade de Porto Alegre na década, através da análise das condições de saneamento, considerando o tipo de instalação sanitária existente nos domicílios.²³

Examinando a distribuição da população, segundo a qualidade das instalações sanitárias, em cada tipo de área, verificamos que a proporção de instalações adequadas diminuiu à medida que piorou a qualidade dos espaços. Conforme a Tabela 9, em 1991, o percentual de pessoas servidas com instalações adequadas era de 98,61% nos espaços de tipo **superior**, cifra que, gradativamente, foi caindo à medida que piorava a qualidade dos espaços, atingindo 39,26% nas áreas de tipo **popular**, enquanto a média da cidade era de 81,09%. Comparando com 1980, quando a cobertura era de 82,41% nas áreas de tipo **superior** e de 71,31% nas áreas de tipo **popular**, constatamos que houve um grande aumento na distância que caracterizava a oferta de serviços de saneamento básico entre os dois tipos de área durante a década. Além disso, os dados de 1980 mostram que havia uma melhor distribuição do saneamento na Cidade, embora, no conjunto, a situação fosse um pouco mais precária. Assim, nas áreas de tipo **superior**, **médio** e **operário**, a parcela da população que dispunha de instalações adequadas em suas residências ficava em torno da média da Cidade, que era de 80%. Já nos espaços de tipo **médio superior**, essa parcela era acima da média (94,48%), e, nos de tipo **médio inferior** e **popular**, a cifra estava abaixo da média (71%).

A Tabela 10 permite visualizar outras perspectivas acerca dessas diferenças. Dentre as pessoas que viviam em domicílios com saneamento inadequado em 1991, verificamos que 73,69% moravam em áreas de tipo **operário** ou **popular**, enquanto apenas 3,18% habitavam espaços de tipo **superior** ou **médio superior**. Também nesse caso, em relação ao ano de 1980, denotamos o aumento da polarização na distribuição dos serviços de saneamento básico.

²³ Foi considerado saneamento adequado quando as instalações eram do tipo rede geral ou fossa ligada, e, inadequado, quando as instalações eram de outro tipo (sem instalação; fossa sem escoadouro; fossa rudimentar; vala negra; e outro).

Tabela 9

Participação relativa da população, segundo as condições de saneamento,
por tipo de área, em Porto Alegre — 1980 e 1991

(%)

SANEAMENTO	SUPERIOR		MÉDIO SUPERIOR		MÉDIO		MÉDIO INFERIOR	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Adequado (rede geral e fossa ligada)	82,42	98,61	94,42	97,48	79,88	90,62	71,43	85,60
Inadequado (outros)	17,58	1,39	5,58	2,52	20,12	9,38	28,57	14,40
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

SANEAMENTO	OPERÁRIO		POPULAR		TOTAL	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Adequado (rede geral e fossa ligada)	80,22	76,56	71,31	39,26	80,56	81,09
Inadequado (outros)	19,78	23,44	28,69	60,74	19,44	18,91
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO (1980, 1991) Rio de Janeiro: IBGE

Tabela 10

Distribuição relativa da população, segundo as condições de saneamento,
por tipo de área, em Porto Alegre — 1980 e 1991

(%)

SANEAMENTO	SUPERIOR		MÉDIO SUPERIOR		MÉDIO		MÉDIO INFERIOR	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Adequado (rede geral e fossa ligada)	16,13	14,91	22,57	20,59	20,03	17,92	17,77	21,05
Inadequado (outros)	14,26	0,90	5,52	2,28	20,92	7,95	29,45	15,18

SANEAMENTO	OPERÁRIO		POPULAR		TOTAL	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Adequado (rede geral e fossa ligada)	14,48	17,98	9,02	7,55	100,00	100,00
Inadequado (outros)	14,80	23,60	15,05	50,09	100,00	100,00

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO (1980, 1991) Rio de Janeiro: IBGE

O conjunto desses dados permite supor que, entre outros fatores, os investimentos realizados em saneamento tenham se orientado, fundamentalmente, para os espaços de moradia das camadas melhor situadas na escala social. O deslocamento para a periferia das parcelas mais empobrecidas da população não foi acompanhado pela extensão desse tipo de serviço, revelando um acirramento das desigualdades de acesso aos benefícios urbanos.

Para concluir essa abordagem das condições de vida, que discrimina os diferentes tipos de espaço que identificamos na Capital, selecionamos um indicador que nos dá conta de processos de segmentação social, cuja origem não está, exclusiva e prioritariamente, nos diferenciais de classe social. Estamos referindo-nos às desigualdades, cuja referência está em diferenças étnicas ou raciais, o que procuramos captar através da estratificação dos dados da população em dois grupos, considerando a cor: brancos e não brancos.

A análise das Tabelas 11 e 12, que expõem a distribuição da população segundo a cor pelos tipos de área, revela que, efetivamente, a questão racial é um fator relevante na configuração do processo de segregação sócio-espacial em nossa Cidade. Em 1991, a proporção de brancos reduz-se à medida que piora a qualidade das áreas, com números que começam em 95,06% nas áreas de tipo **superior** e terminam em 70,28% nos espaços de tipo **popular**, enquanto, no conjunto da Cidade, os brancos significavam 84,33% da população. Devemos, novamente, observar que houve um aumento das diferenças entre 1980 e 1991, pois, no primeiro ano, a variação na proporção de brancos e não-brancos era menos significativa entre as áreas. Esse fato pode ser indicativo de que, embora sob o ponto de vista legal não haja discriminação, do ponto de vista das práticas sociais a cor ou a etnia funcionem como elementos que dificultam o acesso a bens e serviços oferecidos socialmente, uma vez que foi nas áreas de tipo "inferior", na hierarquia sócio-espacial, que observamos os menores rendimentos, os mais baixos índices de instrução e as piores condições de saneamento básico.

Tabela 11

Participação relativa da população, segundo a cor e o tipo de área,
em Porto Alegre — 1980 e 1991

(%)

COR	SUPERIOR		MÉDIO SUPERIOR		MÉDIO		MÉDIO INFERIOR	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Branca	85,85	95,06	85,85	94,05	82,49	89,06	80,92	83,24
Não branca	14,15	4,94	14,15	5,95	17,51	10,94	19,08	16,76
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

COR	OPERÁRIO		POPULAR		TOTAL	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Branca	83,03	77,13	80,00	70,28	83,65	84,33
Não branca	16,97	22,87	20,00	29,72	16,35	15,67
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO (1980, 1991). Rio de Janeiro: IBGE.

Tabela 12

Distribuição relativa da população, segundo a cor e tipo de área,
em Porto Alegre — 1980 e 1991

(%)

COR	SUPERIOR		MÉDIO SUPERIOR		MÉDIO		MÉDIO INFERIOR	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Branca	16,23	13,86	20,59	19,32	19,83	16,96	19,36	19,62
Não branca	13,69	3,88	14,07	6,58	21,54	11,22	23,36	21,26

COR	OPERÁRIO		POPULAR		TOTAL	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Branca	14,28	17,32	9,71	12,92	100,00	100,00
Não branca	14,93	27,65	12,41	29,42	100,00	100,00

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO (1980, 1991). Rio de Janeiro: IBGE.

5 - Algumas considerações finais

Como ponto de partida, para expressar algumas idéias conclusivas, retomamos a discussão sobre a estrutura social de Porto Alegre. Nesse sentido, o ponto central a ser mencionado é o peso das categorias médias e a redução, no período 1980-91, do operariado industrial.

Nos passos que antecederam à construção da tipologia, um aspecto que se destaca é a evidência de oposição de classes, marcada no espaço fatorial pelo posicionamento das categorias da **Elite** e das categorias do **Proletariado Secundário**.

Outro destaque se refere à distribuição das áreas no espaço fatorial. A configuração resultante do trabalho estatístico aponta uma concentração de espaços com um perfil sócio-ocupacional próximo ao perfil médio do conjunto da Cidade e, em pólos opostos, os espaços superiores e os predominantemente inferiores correspondendo à segmentação social da Cidade, fornecendo elementos para afirmar que os espaços se organizam em função da hierarquia social.

Na análise da tipologia sócio-espacial da cidade de Porto Alegre e observando sua evolução entre os anos 1980 e 1991, destacamos alguns tópicos que nos permitem retomar a discussão das hipóteses que orientam o estudo, fundamentalmente as que apontam tendências de polarização social e espacial e de aumento das desigualdades.

A principal mudança que se verificou em nível da organização dos espaços foi o grande crescimento das áreas de tipo **médio superior**, como resultado, fundamentalmente, de alterações ocorridas nos espaços de tipo **superior** e nos de **médio inferior**. Tais alterações corresponderam, em grande parte, à deterioração de espaços no centro da Capital, aos investimentos imobiliários voltados para a população de renda mais elevada em bairros que anteriormente abrigavam moradia de camadas de rendas média e baixa e ao incremento da função comercial em alguns bairros.

Ainda devemos ressaltar que também houve incremento, embora com menor intensidade, dos espaços **populares**, onde vive a maior parcela da população de baixa renda. No contexto da “década perdida”, esse movimento pode ser indicativo de um relativo empobrecimento da população situada na extremidade inferior da hierarquia social, o que é reforçado se considerarmos o aumento que experimentou a população vivendo em áreas de favelas.

A redução do peso dos operários industriais na estrutura social, fenômeno relevante que identificamos na análise, pode ser avaliada em termos sócio-espaciais na diminuição das áreas de tipo **operário**.

Em termos gerais, visualizamos, com relativa clareza, entre 1980 e 1991, dois movimentos de reconfiguração espacial na capital gaúcha. De um lado, uma tendência de avanço das áreas de tipo **médio superior** sobre espaços

anteriormente **operários**, o que pode ser observado na região sul da Cidade, prenunciando o que vem ocorrendo, mais recentemente, nessa área, que é a proliferação de condomínios residenciais para a população de alta renda, e, de outro, uma periferização das áreas de tipo **popular**.

Cabe, ainda, mencionar o significado que teve no período estudado o término de uma política habitacional voltada para a população de renda baixa, o que deixou o direcionamento do crescimento da Cidade mais dependente dos movimentos do mercado imobiliário, levando os investimentos do setor da construção a se dirigirem para as camadas que se encontram no topo da pirâmide social.

Finalmente, quando nos detivemos sobre a avaliação dos indicadores sociais relativos aos diferentes tipos de espaço que identificamos na Cidade, constatamos, de um lado, que, efetivamente, são significativos os diferenciais que separam esses espaços, demonstrando que a estrutura sócio-ocupacional se reflete no acesso aos serviços e aos equipamentos urbanos. De outro, verificamos que, entre 1980 e 1991, houve um aprofundamento das desigualdades sócio-espaciais e um processo de homogeneização das condições de vida nos tipos extremos.

Bibliografia

- ALONSO, José Antonio Fialho (2001). **Caracterização econômica da Região Metropolitana de Porto Alegre nos anos 90**. Porto Alegre. (no prelo).
- ALONSO, José Antonio Fialho, BANDEIRA, Pedro Silveira (1988). A "Desindustrialização" de Porto Alegre: causas e perspectivas. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 3-28.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE (1990; 1995; 1999). Porto Alegre : Prefeitura Municipal/SPM.
- BARCELLOS, Tanya, MAMMARELLA, Rosetta (2001). **Questões teóricas e metodológicas na pesquisa recente sobre as grandes cidades**: notas para reflexão. Porto Alegre (no prelo).
- BORBA, Sheila (1993). Transformações recentes na área central de Porto Alegre. Apontamentos para uma discussão. In: PANIZZI, Wрана M., ROVATTI, João F., orgs. **Estudos Urbanos**: Porto Alegre e seu planejamento. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS; Prefeitura Municipal de Porto Alegre. p. 19-32.
- CENSOS DEMOGRÁFICOS (1980; 1991). Rio de Janeiro: IBGE.

- FEDOZZI, Luciano (2000). **O poder da aldeia: gênese e história do Orçamento Participativo de Porto Alegre**. Porto Alegre: Tomo Editorial.
- FENELON, Jean-Pierre (1999). **Qu'est-ce que l'analyse des donnés?** Paris: Seisam.
- FURTADO, Carlos Ribeiro (1993). "Gentrification" e o processo de (re)estruturação urbana recente em Porto Alegre. In: PANIZZI, Wrana M., ROVATTI, João F., orgs. **Estudos Urbanos: Porto Alegre e seu planejamento**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS; Prefeitura Municipal de Porto Alegre. p. 99-106.
- KOCH, Mirian Regina, MAMMARELLA, Rosetta, BARCELLOS, Tanya M. (2001). Tipologia sócio-espacial da RMPA: o caso de Porto Alegre. In: SEMINARIO INTERNACIONAL DE LA RED IBEROAMERICANA DE INVESTIGADORES SOBRE GLOBALIZACION Y TERRITORIO (RII), 6., Rosario. **Anais...** Rosario, Argentina.
- LIEDKE FILHO, Enno D., FERETTI, Rosemary B. (1993). O primeiro plano diretor de desenvolvimento urbano de Porto Alegre: revisão de uma análise histórico-social In: PANIZZI, Wrana M., ROVATTI, João F., orgs. **Estudos Urbanos: Porto Alegre e seu planejamento**. Porto Alegre : Ed. Universidade/UFRGS; Prefeitura Municipal de Porto Alegre. p. 165-174.
- MAMMARELLA, R., BARCELLOS T., KOCH M. (2000). Mudanças sócio-espaciais e estrutura social da RMPA nos anos 80. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 3, p. 94-112.
- OBSERVATÓRIO de políticas urbanas e gestão municipal: impactos metropolitanos da estabilização e do ajuste (1996). Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ/FASE. (Projeto; Plano de ação para a área social FNDCT/FINEP/BID/880/OC-BR; Chamada 05, Acompanhamento de macropolíticas e modernização).
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (2000). Cidade desigual ou cidade partida? tendências da metrópole do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz, org. **O Futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio Janeiro: Revan; FASE. p. 62-98.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz, org. (2000a). O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade. Rio Janeiro: Revan; FASE.
- ZIMMERMANN, I., JORNADA, M. I. H., STERNBERG, S. (1997). Modernização industrial e qualificação: observações em torno da indústria mecânica gaúcha. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 79-106.
- ZIMMERMANN, Ilaine (1995). Educação e a modernização da produção: algumas considerações. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 22, n. 4, p. 293-307.